



## ATA DA 3ª REUNIÃO DE ANÁLISE ESTRATÉGICA

### 1. Informações Gerais

**Data:** 9/5/2007

**Horário:** 10h30

**Local:** Salão Nobre da Presidência

**Participantes:** Ministro Presidente, Secretária-Geral da Presidência, Diretor-Geral, Assessora Especial da Presidência, Assessor de Gestão Estratégica, Coordenador de Planos de Gestão, Secretária de Tecnologia da Informação e Coordenador de Desenvolvimento, Secretária de Gestão de Pessoas, Secretário de Jurisprudência, Secretária de Documentação (substituta), Secretário de Administração e Finanças, Secretária Judiciária, Secretária dos Órgãos Julgadores, Secretário de Comunicação Social, Secretário de Controle Interno, Secretário de Segurança, Assessora de Assuntos Parlamentares (substituta), Ouvidor, Coordenador de Gestão de Processos de Trabalho e representante do INDG.

### 2. Objetivo da Reunião

Tomada de decisões administrativas baseadas no desempenho do STJ em relação aos seus indicadores e projetos estratégicos.

### 3. Pendências da Reunião Anterior

Foram apresentadas pelo Coordenador de Planos de Gestão as pendências resolvidas da última reunião:

- Alteração da meta de capacitação de 30 para **40h/servidor, em média, por ano.**
- Manutenção da meta de economia de recursos: **3% na utilização dos recursos orçamentários.**
- Aumento de vagas para o **Estágio Não-Remunerado**, de 26 para 36, após a reunião passada.
- Reuniões com Assessores das 1ª, 2ª e 3ª Seções para discussão de assuntos divergentes. A Secretária de Gestão de Pessoas, Dra. Rai Veiga, apresentou as ações realizadas no intuito de fazer acontecer essas reuniões e destacou que os Assessores da 3ª Seção já constituíram Grupos de Trabalho.
- Parceria com o CJF para a **Integração Tecnológica**. Foi comentada também a parceria para o aproveitamento da base de dados de CPF e CNPJ nas atividades da Secretaria Judiciária, para melhorar a classificação das partes com utilização do CPF e CNPJ como chave primária.

Em seguida, foram apresentadas as ações pendentes:

- Foi comentado que a alteração pontual do **Regimento Interno** está em andamento. Lembrou-se que, em reunião com o INDG, o Ministro Presidente solicitou novos estudos para purificação da competência das turmas penais.
- Sobre o **portal do STJ**, foi comentado que o projeto básico encontra-se em elaboração. O Ministro Presidente perguntou se as manifestações do Portal diminuíram ou se continuava como tópico número um das reclamações dos usuários. O Ouvidor respondeu que as reclamações sobre o portal já diminuíram e que atualmente a morosidade nos julgamentos é a principal queixa .

### 4. Pauta

#### 4.1. METAS ESTRATÉGICAS

Inicialmente, foi apresentada a situação atual do plano de gestão, enfocando a pequena queda ocorrida desde a última reunião, em novembro passado (a situação passou de aceitável para ruim). A seguir, mostrou-se a situação geral das metas do Plano de Gestão 2006-2008, demonstrando que 47% delas encontram-se em situação ruim ou crítica, contra 38% em situação favorável ou ótima. Em seguida, foram apresentadas as metas estratégicas já alcançadas:



## **ATA DA 3ª REUNIÃO DE ANÁLISE ESTRATÉGICA**

**- Tramitar 80% dos recursos (Ag e Resp) em até 180 dias, em média, até dez/2007.**

### **Comentários:**

O Coordenador de Planos de Gestão, Luiz Moura, comentou que a meta foi alcançada em dez/2006, considerando-se os processos baixados, com distribuição nos últimos 12 meses, e que o tempo de tramitação era mensurado somente da distribuição à baixa.

A partir desse resultado favorável, decidiu-se por mensurar o indicador em 2007 a partir de toda a base de processos baixados e ampliar o marco de medição do tempo de tramitação, sendo este do protocolo à baixa. A revisão da meta foi estudada em parceria com o INDG, onde se identificou que, nesse novo contexto, a situação atual é 59% dos recursos tramitando em até 180 dias. Dessa forma, foi apresentada a seguinte sugestão: **Tramitar 64% dos recursos (Ag e Resp) em até 180 dias, em média, até dez/2007.**

### **Decisões:**

**- A meta proposta foi aceita pelo Ministro Presidente, Diretor-Geral e demais presentes.**

**- Aumentar a produção de julgados em 30%, até dez/2007.**

### **Comentários:**

O Coordenador de Planos de Gestão, Luiz Moura, comentou que a meta não foi alcançada em dez/2006. Porém, nesse primeiro trimestre de 2007 a produção teve um incremento muito grande e a situação do indicador é positiva, superando bastante a meta proposta.

Foi apresentada uma proposta não para aumentar a meta, mas para alterar os procedimentos de medição, utilizando o número de processos baixados e não apenas de julgados. Luiz explicou que, atualmente, para cada 100 processos julgados 84 são baixados. Sendo assim, se continuarmos medindo os julgados e esse número aumentar significativamente, poderia ocorrer de o número de processos baixados não acompanhar esse movimento e essa relação julgado/baixado diminuir. Isso prejudicaria o intuito principal da meta, ou seja, de finalizar os processos no Tribunal.

O representante do INDG, Wladimir Castro, salientou que dessa forma, as metas de tramitação e produção ficariam atreladas, ambas trabalhando com a baixa dos processos. A meta proposta foi Aumentar em 30% a produção de processos baixados até dez/2007.

O Ministro Presidente enfatizou os bons resultados apresentados em fevereiro e março deste ano e acrescentou que a mudança é significativa, porque passa a englobar uma fase importante do processo, que são os recursos interpostos ao julgamento do STJ. Dr. Menezes, Secretário de Jurisprudência, também concordou que essa mudança aumenta consideravelmente o desafio da meta.

### **Decisões:**

**- A meta proposta foi aceita pelo Ministro Presidente, Diretor-Geral e demais presentes.**

**- Atingir 80% de satisfação do usuário externo, até dez/07.**

### **Comentários:**

Luiz Moura disse que a situação do indicador é preocupante pois o percentual de satisfação vem caindo nos últimos meses, chegando a 63% em abril. Comentou que a parceria da Coordenadoria de Planos de Gestão com a Ouvidoria para estudo desses resultados foi reforçada e solicitou o comprometimento de todos para avaliar e dar o devido tratamento às manifestações encaminhadas pela Ouvidoria. Luiz Moura acrescentou que algumas melhorias já estão previstas na pesquisa de jurisprudência, como a disponibilização de um tutorial de utilização. Falou ainda sobre as mudanças no critério de busca por nome da parte na pesquisa de informações processuais e sobre a divulgação das sugestões de usuários já adotadas pelo Tribunal.

Foi apresentada decisão sobre o envio do relatório completo para todas as unidades, para que possibilite o acompanhamento comparativo da satisfação dos serviços avaliados, e que serão agendadas reuniões com as unidades para discutir os serviços avaliados.

O Assessor de Gestão Estratégica, Dr. Ivan Bonifácio, citou alguns exemplos de avaliações recebidas



## **ATA DA 3ª REUNIÃO DE ANÁLISE ESTRATÉGICA**

e comentou que já há serviço com 50% de insatisfação. O Presidente disse que é esta a oportunidade de aprimorarmos os serviços, analisando as sugestões da pesquisa.

Dr. Menezes mencionou que há algumas críticas que não são pertinentes e afetam o resultado final e, portanto, seria interessante pensar em um filtro para elas. Falou também que o inteiro teor em formato de imagem gera muita insatisfação.

A Secretária de Tecnologia da Informação, Dra. Solange Perez, enfatizou a necessidade de um melhor balanceamento da pesquisa, que fica disponibilizada permanentemente e, com o tempo, isso pode transformá-la em um canal de reclamação, tendo em vista que os usuários satisfeitos normalmente não votam mais de uma vez. Dr. Armando Cardoso, Secretário de Comunicação Social, lembrou que o mês de abril foi atípico no Tribunal e que os fatos divulgados na mídia podem ter impactado negativamente a pesquisa.

Dra. Teresa Basevi, representante da Secretaria de Documentação, falou que o serviço 'atendimento ao público' necessita de identificação na pesquisa. Dra. Rai Veiga acrescentou que a Secretaria de Gestão de Pessoas está priorizando ações da vertente estratégica, como o programa "Bem servir, bem atender", da Educação Corporativa, e que deverá ter um impacto positivo no item 'atendimento'.

A Secretária Judiciária, Dra. Maria Aparecida do Espírito Santo, citou o serviço de 'dúvidas mais freqüentes', disponibilizado recentemente no site, mas que não surtiu grande efeito na satisfação do usuário.

Luiz Moura comentou sobre a alternativa em estudo de disponibilizar uma pesquisa paralela à eletrônica apenas para os advogados, com um peso maior na apuração dos resultados.

O Ministro falou sobre a necessidade de melhorar os filtros da pesquisa atual e solicitou exemplos dos serviços mal avaliados. Luiz Moura apresentou o serviço de informações processuais, mostrando no site uma das dificuldades apontadas pelos usuários, o filtro nome da parte.

Dra. Rai Veiga citou que a satisfação dos servidores com os serviços da Secretaria de Gestão de Pessoas está em 83% e que a meta é chegar a 85%. Demonstrou preocupação com o resultado apurado na pesquisa de satisfação do usuário externo com o atendimento no Tribunal. Disse que, se o servidor está satisfeito, ele deve atender bem. Luiz Moura elogiou a ação daquela Secretaria e completou falando da importância de cada Secretaria fazer a sua mensuração.

### **Decisões:**

- **Dr. Miguel Augusto, Diretor-Geral concluiu dizendo que devem ser priorizados com ações de melhorias os serviços com insatisfação acima da média. Os dados serão repassados às unidades pela Ouvidoria, em parceria com a Coordenadoria de Planos de Gestão.**

- **Reduzir em 10% a taxa de reforma interna da decisão no STJ, até dez/07.**

### **Comentários:**

Luiz Moura mencionou que o indicador encontra-se abaixo da meta estipulada e disse que a Comissão responsável pelo estudo das causas da reforma interna fez um estudo preliminar genérico e decidiu, num segundo momento, focar a análise nos embargos de declaração providos em fevereiro/2007 e verificar os possíveis motivos dessa reforma.

Outra proposta da Comissão, acrescentou Luiz, é disponibilizar uma estatística mensal comparativa com os dados da reforma por gabinete para os Ministros. A Assessora Especial da Presidência, Dra. Maria Auxiliadora, complementou a idéia dizendo que essa informação comparada possibilitaria aos Ministros visualização dos picos de reforma e conseqüente ação corretiva. Disse ainda que pode haver descompasso até dentro do próprio gabinete, gerando recursos.

O Ministro Presidente comentou que o foco inicial deve ser o agravo interno. Entretanto é preciso ter cautela na divulgação desses dados.

Dr. Ivan Bonifácio sugeriu uma comparação com os outros Ministros sem identificação do gabinete ou, ainda, do resultado de cada gabinete com o índice médio de reforma. A Dra. Rai Veiga sugeriu comparar com a meta estratégica.

### **Decisões:**

- **O Ministro Presidente autorizou a confecção de uma estatística de reforma individual, com a comparação do resultado de cada gabinete com a meta estratégica. Dr. Miguel solicitou que a proposta seja submetida ao Presidente antes de sua distribuição.**



## **ATA DA 3ª REUNIÃO DE ANÁLISE ESTRATÉGICA**

### **- Reduzir em 25% o passivo de processos, até dez/07.**

#### **Comentários:**

Luiz Moura mencionou que o indicador apresenta aumento de mais de 60% desde setembro/2006 e que essa é a meta mais crítica no momento. Comentou sobre o aumento da demanda de 25% em 2006 e de 10% no primeiro trimestre de 2007 e frisou que a maior parte dos processos, cerca de 65%, está nos gabinetes.

O Presidente lembrou o impacto do gabinete vago no percentual do passivo apresentado.

Dra. Maria Aparecida falou sobre o plano de ação da Secretaria Judiciária e apresentou a meta de eliminar o passivo dos agravos até dezembro (hoje está em 16.000) e dos demais processos até o mês de julho.

Luiz Moura comentou que é preciso priorizar as melhorias sugeridas no projeto otimização do trâmite. O Dr. Miguel salientou que as mesmas já estão aprovadas e que somente as alterações de estrutura aguardam a manifestação da Secretaria dos Órgãos Julgadores. Luiz mencionou ainda que o projeto de modernização dos julgamentos também pode impactar a meta.

Dra. Auxiliadora contou que o projeto de modernização é complexo e envolve mudança de paradigma. Na Segunda Turma, área piloto, a implementação é feita aos poucos para internalização dos procedimentos. Disse que o Ministro Noronha patrocinou o projeto e não há entraves por parte dos Ministros. Acrescentou que o portal do secretário na sessão de julgamento está sendo homologado esta semana e na próxima, deve sair o portal dos ministros. Segundo ela, o reflexo das ações do projeto na meta devem ser mais visíveis no segundo semestre, pois a Coordenadoria da 2ª Turma está começando a sentir agora os benefícios trazidos. A Secretária dos Órgãos Julgadores, Dra. Rosângela Silva, disse que os servidores da 2ª Turma têm se desdobrado para trabalhar em dois sistemas, até que o projeto de Modernização esteja testado e implementado.

O Ministro Presidente perguntou se a 1ª Turma já está atuando dessa forma. Dra. Auxiliadora respondeu que somente após a aprovação do portal dos Ministros o projeto poderá ser ampliado para a 1ª Seção.

#### **Decisões:**

**- As ações de melhoria propostas pelo INDG estão aprovadas e podem ser iniciadas o quanto antes. A alteração de estrutura dos órgãos julgadores aguarda manifestação da Secretária.**

### **4.2 PROJETOS ESTRATÉGICOS**

Foram apresentados os projetos estratégicos já implantados:

#### **- Manual dos Atos Oficiais Administrativos**

Foi publicado em 23/março/2007; foi apresentado em meio físico e eletrônico na reunião.

#### **- Jurisprudência Comparada**

Os primeiros comparativos foram disponibilizados em fevereiro/2007. Foi ressaltada sua importância no processo de julgamento e na uniformização da interpretação das teses pelo Tribunal. Dr. Menezes comentou que já foi publicado o 7º comparativo. O Presidente falou da necessidade de desenvolver ações de divulgação entre os demais Ministros para que comece a gerar maiores resultados.

### **ENCERRAMENTO**

1. O Presidente demonstrou preocupação com a reclamação do usuário de visualização de imagem do inteiro teor do acórdão, ao invés do texto. Solicitou que o problema fosse atacado com mais ênfase. Ivan pediu diretriz sobre a priorização de decisões monocráticas ou colegiadas.

**Decisão: Ministro solicitou que o foco seja para os acórdãos.**

2. Ao solicitar informações sobre a intimação eletrônica das entidades públicas, o Ministro foi informado pela representante da Assessoria de Assuntos Parlamentares, Dra. Maria Amélia, de que o Projeto de lei 4091/2004 - Notificação pessoal de Procurador Federal e de Procurador do Bacen foi retirado de pauta ontem a pedido do



## **ATA DA 3ª REUNIÃO DE ANÁLISE ESTRATÉGICA**

BACEN e da AGU, que não entenderam a proposta, e deverá ser apresentado novamente na próxima terça-feira, quando então será decidido sobre sua retirada permanente ou não da pauta. Dra. Auxiliadora reforçou que a grande vantagem do projeto é que a necessidade de envio de todos os processos ao Ministério Público tende a ser eliminada: a maior parte vai em meio eletrônico e iriam em meio físico apenas aqueles que precisam maior análise. Ivan falou sobre sua conversa com o subprocurador do Banco Central e da necessidade de verificar exatamente qual o problema na visão deles. Ivan falou também que está sendo formado um grupo para acompanhamento dos Projetos de Lei de interesse do Tribunal.

O Presidente comentou também sobre o Anteprojeto que trata sobre Recurso Especial - CPC, que está no Ministério da Justiça e gostaria de levar o assunto para Porto Alegre no dia 18/05. O Dr. Ivan e a Dra. Maria Amélia informaram que está marcada uma reunião para o dia 11/05 com o representante do Ministério da Justiça para acordar os ajustes finais com vistas ao encaminhamento à Câmara dos Deputados.

**Decisão: Ministro solicitou ação conjunta da Assessoria de Assuntos Parlamentares e da Assessoria de Gestão Estratégica para verificar a situação e apresentar as informações em reunião com ele na próxima segunda-feira, dia 14/05/2007.**

3. Foi proposta a revisão do Plano de Gestão, tendo em vista a alteração de várias metas.

**Decisão: Aprovada a proposta. A Coordenadoria de Planos de Gestão fará a elaboração da 2ª Edição do Plano de Gestão para o biênio 2006-2008.**

4. Findos e discutidos os itens da pauta, o Ministro Presidente encerrou a reunião dizendo-se satisfeito com a conversa em grupo e pediu o empenho de todos para o alcance dos resultados almejados na gestão.

**Decisão: O Presidente decidiu que a próxima reunião será realizada ao final de agosto/2007.**